

Duas colonizações, dois destinos*

José Arthur Rios

Comemora-se este ano, com festejos e acesas polêmicas, o aniversário secular da colonização espanhola. Não era possível que a ilustre Academia Luso-Brasileira deixasse passar em silêncio essa data miliar.

Para entendê-la melhor é preciso saber o que se compreendia como colonização antes dos séculos XV e XVI, quando das primeiras experiências históricas desse processo de enorme alcance para os destinos de nossa civilização Ocidental.

Colonizar era ocupar território alheio com o fito de povoá-lo e cultivá-lo. A acepção do termo colono (*colonus*) limitava-se ao agricultor que cultivava terreno de outrem, pagando ao proprietário uma renda, em produto ou dinheiro. Na Idade Média, o termo colono definia o servo da gleba, pouco melhor que o escravo. Está em Herculano.

Mas a palavra “colônia” designava o local, o grupo que reunia colonos. Assim denominavam os romanos os aglomerados de cidadãos que partiam de Roma a fundar cidades nas terras conquistadas.

Desde o começo, portanto, o conceito de colonização abrange dois elementos: (a) um movimento migratório, expansivo, de povos, (b) e uma idéia de dominação, de império. Enquanto a emigração é espontânea, obediente às injunções climáticas, econômicas ou sociais, a colonização – desde seus primórdios – é dirigida, consciente, planejada, pressupõe uma mente diretora, – grupo, corporação, empório mercantil, seita ou ordem religiosa, ou Estado. Se os primeiros colonizadores, nesse sentido, foram os egípcios, a ocupação do Sinai, representou, cerca de 3.000 A.C, a primeira colonização dirigida.

Ao império colonial Egípcio sucederam outras colonizações: a grega, que foi marítima e urbana, fundadora de cidades - Estados independentes; enquanto a colonização romana, fortemente centralizada, submetia as colônias à dura dependência de um império.

Por isso, o historiador espanhol Menendez-Pidal escreveu notável ensaio sobre “A idéia imperial de Carlos V.” Podia ter generalizado: por traz dessas colonizações havia sempre uma idéia imperial. Assim foi muito nítida, nas

* Conferência proferida na Academia Luso-Brasileira de Letras, março de 2010, Rio de Janeiro.

Américas, na colonização ibérica, só superada, na sua forma de dependência e vassalagem, quando se transformou no caso do Brasil, no conceito mais amplo e alto de Reino Unido, graças a D. João VI, nosso primeiro e grande estadista.

Até lá, as colonizações, tanto a portuguesa como a espanhola, constituíam formas de dominação e apropriação de terras e recursos naturais – pau Brasil, especiarias, açúcar, ouro, prata; mas também meios de cristianização, de evangelização, ainda que esse intento se manifestasse, às vezes, sob modalidades cruéis, criando arrepios de horror e indignação nos autores bem pensantes do século das Luzes e, mais ainda, nos seus herdeiros do século XIX, alimentados do leite doutrinário de Augusto Comte, Spencer e outros, hoje nos defensores intransigentes dos direitos humanos. Essa coorte de sábios deu origem à “lenda negra” que vem perturbando muitos com suas assombrações; as fogueiras da Inquisição, o extermínio dos índios, a escravização dos negros etc. Tudo isso sem as necessárias discriminações e numa perspectiva moderna que olha os primeiros séculos da América com as lentes do nosso tempo.

Antes do mais, nossa colonização, nos seus primórdios, foi uma conquista, seus primeiros protagonistas, navegadores e conquistadores. Oliveira Lima deu-lhe a devida dimensão quando, ao falar, em 1912, a um auditório de universitários norte-americanos, teve ocasião de esclarecer: “A conquista da América foi, com efeito, um dos eventos decisivos na evolução material e moral do mundo, portanto da história de nossa espécie; e suas conseqüências sociais de ninguém mais são ignoradas nos círculos cultos; fazem parte da cultura geral.”

Como conquista, essas colonizações foram manchadas de “cobiças e crimes” – expressão de Oliveira Lima – de opressões e destruições, - mais gritantes no caso do México e do Peru onde as culturas inca e asteca já tinham alcançado níveis de civilização muito acima da cultura neolítica dos nossos tupis e tupinambás.

Num primeiro momento, no caso desta terra, ainda por algum tempo inominada, – foram esses nativos salvos pela miragem da Índia, pelas suas fabulosas riquezas, pelo comércio das especiarias. Os assaltos da pirataria francesa obrigaram Portugal a voltar sua atenção para estas plagas e converter a mera aguada das naus e suas feitorias, – simples balcões para o escambo do pau Brasil – em colônia.

Para tanto, numa primeira tentativa de ocupação e planejamento a metrópole dividiu a terra, à moda feudal, em capitânicas hereditárias, isto é feudos, distribuídos a vassallos de prol, dotados do capital suficiente para explorar a terra.

Não deu certo. Daí a nomeação do primeiro governador geral. Com ele vêm os Jesuítas, vem Anchieta, vem o Padre Manoel da Nóbrega – que pede ao rei mande mulheres, ainda que de conduta irregular, “de má vida”, que pudessem constituir o primeiro grupo de famílias, porque na mente de Nóbrega sem famílias não havia verdadeiramente colonização, sim mera ocupação e exploração da terra.

Aí começa a escravização do índio. Desde o primeiro momento erguem-se vozes em sua defesa, tanto na colonização espanhola como na portuguesa, contra a cobiça e a prepotência dos colonos – o dominicano Las Casas na primeira, os Jesuítas na segunda. Na visão dos europeus – que ainda não tinham se beneficiado dos conhecimentos da antropologia nem gozado do privilegio de ter lido Claude Levy Strauss, nem conversado com Rondon ou Roquete Pinto – o índio era o primitivo, um animal, destituído até de alma. Era também a única mão de obra disponível para o duro trabalho de extração do pau de tinta, na plantação de cana de açúcar, depois na mineração de ouro, prata ou diamante, também animal de carga nas expedições de penetração, as chamadas entradas e bandeiras dos nossos compêndios escolares – até que o africano viesse substituí-lo.

Num ponto as duas colonizações se extremam: a espanhola, racista, discriminava e classificava os indivíduos através de minuciosos critérios de cor – enquanto a portuguesa que já trazia uma tradição de miscigenação racial e de convívio secular, com povos de tez escura – desde a metrópole, desde a ocupação dos mouros, e os primeiros contatos com a África, abria portas mais generosas a ascensão social do mestiço e até do negro liberto. A anedota de Koster é característica... A pureza da raça foi menos invocada entre nós que na América espanhola; e nesta mais em relação ao índio que ao negro porque o cruzamento com o índio predominou por toda parte além dos Andes, no vice-reinado de Buenos Aires, no de Lima, em Bogotá, no México. Daí a prevalência nestes países do mestiço índio sobre o mulato.

A colonização portuguesa livrou-nos das segregações raciais que vitimizaram a América espanhola e até hoje, apesar das extraordinárias mudanças ocorridas depois de Luther King e Kennedy, são a via crucis da democracia norte americana e em nossos dias talvez estejam por trás da muda resistência ao presidente Obama.

A colonização espanhola separava rigidamente as raças – estas, como sempre definidas culturalmente, não etnicamente. Na América espanhola esse racismo attingia índios e mestiços, embora alguns de gênio, como os havia, a exemplo do poeta Garcilazo de La Vega.

Sem levar em conta essas barreiras é difícil compreender as voltas e revoltas da história colonial hispano-americana, as estranhas alianças e dissídios, os levantes e subversões. No México, o Cura Hidalgo, herói da independência, fez causa comum com os índios – e foi combatido pela nobreza crioula; na Venezuela, os llaneros mestiços foram primeiro aliados dos espanhóis na guerra da independência contra Bolívar, depois, pela mão do chefe deles o general Paz juntaram-se ao herói venezuelano e partilharam sua sorte nas batalhas que cortaram os laços da colônia com a metrópole espanhola.

Do outro lado dos Andes, o índio não era propriamente excluído de todas as instituições, podia merecer e granjear títulos de nobreza, era admitido na tropa colonial, limitada sua ascensão ao oficialato. Na Universidade de São Marcos – em Lima, esse centro opulento de irradiação cultural, – não pisava índio. Caso algum nela se matriculasse, por engano ou fraude, – tinha o grau cassado por decreto do Vice-Rei. O mesmo ocorria nas profissões liberais. Só os descendentes de espanhóis e os “limpos de sangue” eram admitidos a exercê-las. A Igreja ao contrário do Estado admitia índios e mestiços, e até os elevava ao sacerdócio.

Uma coisa é teoria outra a realidade, com suas exigências e coações. A pressão sobre o serviço público era tão grande, a demanda de dinheiro tão premente, que, no século XVIII, na Espanha, se inventou hábil expediente para abrir caminho aos mestiços. Eram os atestados de brancura – tanto mais caros quanto mais escuro o candidato ou mais espesso o sangue.

A mortalidade da população indígena nos países de língua espanhola alcançou dimensão de genocídio. Dos 25 milhões estimados, que habitavam o novo continente ao tempo da Descoberta, só restavam na época da Independência 2 milhões. Não foram extintos propriamente em guerras, com pequenas exceções, mas nas durezas da escravidão, no trabalho forçado da lavoura, das minas, do eito.

Discutiu-se, por então, entre teólogos se os índios tinham alma. Se não tinham esse atributo, – traço característico dos senhores de sangue limpo, – seu destino seria simplesmente o de servir aos dominadores e depois rejeitados como o bagaço dos engenhos ou o cascalho grosso das minas.

Contra essas torpes idéias insurgiu-se Las Casas e sua pregação moveu alguns Papas a esclarecer *ex cathedra* que os índios também tinham alma, eram em suma, seres humanos – isso não era privilégio de portugueses e espanhóis. Na Inglaterra protestante até entrado o século XIX, muitos teólogos e homens de prol partilhavam essa crença, combatida, aliás pelos Dissenters protestantes e por naturalistas como Charles Darwin.

Não se esqueça que a mesma dúvida pairou sobre mulheres e crianças, na Europa dita civilizada. Os idosos, são ainda eliminados em muitas culturas primitivas ou lançados, ai de nós, a depósitos, rotulados de asilos. E os abortistas põem em dúvida a humanidade do embrião e defendem a eliminação pura e simples do feto. Cada cultura tem, no armário, seu bode expiatório, seu saco de pancada.

Diante desse tratamento dado durante séculos ao índio, não é de estranhar que hoje, na América espanhola, o anti-racismo rebente sob a forma de ditaduras, rotuladas de populistas, na realidade e dando voz à insurreição geral dos excluídos – na maioria índios ou mestiços, Morales na Bolívia, Chavez na Venezuela, e outros tantos, em países onde a pobreza, a miséria, revestem a face do indígena que afinal reivindica agressivamente seus direitos.

A escravidão indígena foi oficialmente abolida no Brasil em 1570 por D. Sebastião. Parece que não surtiu efeito esse decreto porque em 1605 já quando Portugal se achava sob domínio espanhol, Felipe III ordenava que só fossem escravizados se prisioneiros, e em guerra declarada, pelo Governo. Em 1611 outro decreto abolia inteiramente a escravidão do índio.

Na América Portuguesa, no Brasil, houve no primeiro século, inúmeros casos de “guerras justas” quando a resistência do índio ao colonizador assumia forma belicosa ou até militar como no caso dos Aimorés que, nas matas do Espírito Santo, se opuseram ao colonizador até bem avançado o século XIX.

No Paraná, até bem pouco tempo, havia uma profissão, a de bugreiro que reproduzia uma das ocupações dos nossos esforçados bandeirantes. Além de dilatar o território, quando não achavam ouro ou diamante, caçavam o índio prestadio, preza fácil e rendosa.

O bugre ia regularmente ao sertão paranaense, trabuco ao ombro, com a única finalidade de caçar índios – os bugres. Trazia dessas excursões cinegéticas mulheres e crianças que ia distribuindo para serviço doméstico nas famílias da capital.

Livramo-nos desses horrores graças aos Jesuítas, primeiro a Nóbrega, a Antonio Vilela e, já avançado o século XX a Rondon e Roquete Pinto, ambos positivistas e agnósticos que, à sua maneira, defenderam a humanidade do índio e à Igreja que sempre os batizou e acolheu. Sobretudo escapamos à guerra implacável contra o índio (como ocorreu no Sul do Brasil e na Argentina contra os Guaranis e no Chile contra os Araucanos). E graças, sobretudo à mestiçagem.

No caso da colonização portuguesa a escravidão do negro durou oficialmente até 1888. Fomos dos últimos países a abolir o cativo oferecendo ao mundo o caso singular de um país de monarquia parlamentar e cultura francesa grande exportador de café e de açúcar, tabaco, produtor de boa literatura, música e artes tudo isso convivendo com tráfico só extinto em 1831, assim mesmo pelos esforços do imperialismo britânico. O trabalho servil só é oficialmente eliminado nos fins do século – um ano antes da proclamação da República.

A Abolição, e anos mais tarde, a lei Afonso Arinos, – nos livraram das segregações raciais. Não, é claro, do preconceito, inerente à natureza seletiva e competitiva dos grupos humanos – preconceito documentado em algumas obras primas como O Mulato de Aluísio de Azevedo e que também tomou por objeto, – não só após a Independência, mas em pleno século XX, – imigrantes europeus e até o português.

Apesar dessas violências essas colonizações tanto a portuguesa como espanhola eram singularmente dominadas pela idéia do direito, da coisa justa e das suas formalidades. Não importa que na prática social, como sempre, o Direito fosse posto à margem ante a cupidez do colono ou o arbítrio dos governantes e a prepotência dos burocratas. A existência da lei permitia que os injustiçados e as vítimas apelassem para um poder mais alto, o Rei, Juizes e Tribunais, e em muitos casos recorria-se ao poder eclesiástico “Vá se queixar ao Bispo”. Nas relações com os índios, por exemplo, muitas vezes, cruentas, pairava o conceito da guerra justa. E a colonização espanhola deixou-nos um monumento jurídico – as Leyes de Índias.

Nem sempre sustaram essas legislações os abusos dos encomenderos na América espanhola nem, no caso do Brasil, as Ordenações, primeiro Manuelinas, depois Filipinas, tolheram as tropelias dos bandeirantes. Um deles, Dias Adorno trouxe à costa de uma incursão ao sertão, 7 mil cativos. Esses bandeirantes eram em maioria mamelucos, filhos de branco e índio.

A encomienda foi uma forma jurídica de apropriação simultânea da terra e do homem. Por mercê real a Coroa espanhola concedia a um titular ou usufrutuário – o encomendero – certa extensão territorial, nele incluídos os índios que aí habitavam, sob a condição de o concessionário assumir a tarefa de protegê-los, instruí-los e convertê-los à fé católica. Em contra partida os índios forneciam ao encomendero – trabalho. O regime introduzia na América espanhola essa reminiscência da Idade Média, a figura do servo da gleba. E, excusa dizer, a exploração desenfreada do indígena.

Mais importante foi a divisão da terra em sesmarias, – outro resíduo medieval – que, no vasto território desabitado, produziu o latifúndio. A carta dos

sesmeiros obrigava-os a cultivar a terra, sob pena de perder a concessão, mas a cláusula caiu em desuso, ante o sistema agrícola extensivo, predatório, a chamada agricultura da queimada, aliada à vastidão do território e à ambição sem limites do latifundiário. Ficou o princípio.

Essa estrutura agrária montada no tripé monocultura – latifúndio – escravidão, alimentada pela economia mercantilista que perdurou além da colônia e, como mentalidade atravessa nossa história - vem até nossos dias, provocando reformas agrárias de vários tipos, algumas demagógicas levando à invasão de propriedades produtivas e na destruição de suas lavouras e equipamentos.

O jurisdicismo da colonização portuguesa deu-nos o formalismo, ainda que temperado, às vezes dobrado, pelo “jeitinho”, pela capacidade infinita do nacional em fugir à lei, torná-la inoperante, até anulá-la.

Esse jeito malazarte não nos salvou inteiramente do culto supersticioso do papel, do carimbo, da prepotência do cartório que gera tantas fraudes, nem do poder do burocrata, hoje do tecnocrata, o respeito, ao “sabe com quem está falando” que o antropólogo Roberto da Matta sabiamente estudou em um de seus ensaios.

Um dos agravos repetidos contra a colonização portuguesa teria sido o desapareço da metrópole pela educação dos súditos de Ultramar. E evoca-se polemicamente, a contra luz, o exemplo da Espanha. Nas suas colônias a imprensa acompanhou os passos do povoamento. Em 1538, fundou-se a primeira tipografia do Continente: na América Espanhola. Note-se que nas colônias inglesas só em 1686, abriu-se outra, em Filadélfia. Em meados do século XVI, já se criavam universidades no México e no Peru. No Brasil a Universidade São Paulo é dos anos 30 e só nos anos 40 o governo federal criou à sombra do Estado, uma curiosa “Universidade do Brasil”.

Durante todo esse vasto período, as elites brasileiras iam formar-se em Coimbra, Portugal, ou em Montpelier na França. É preciso, no entanto, lembrar que as elites hispano-americanas absorveram nas suas universidades um sentimento de independência e autonomia que as levou a criar pátrias isoladas, muitas vezes hostis entre si, empenhadas em guerras fratricidas. Ao contrário, Coimbra estimulou em nossas elites um sentido de unidade nacional e de continuidade cultural que nos deu o Brasil do Império.

Em Coimbra, gerou-se um tipo social que iria dominar nossa história durante o Império e a República – o bacharel, o letrado, retórico e beletrista, idealista, pouco adepto às artes manuais, apegado à letra da lei e a suas formalidades, ágil em desrespeitá-las, liberal no Império, republicano, no fundo conservador e escravocrata como aquele político que, na monarquia, se declarava “escravocrata da gema”. Enfim o personagem de tantos romances

do nosso Eça de Queiroz, sobretudo aquele incomparável Ramires da Ilustre Casa, figura impar e modelo de bacharel luso-brasileiro.

Enquanto as colônias hispânicas sofriam guerras, dissídios e violências, como forma de solução dos seus conflitos, nossa Independência se fez sem guerra civil, como mais tarde a Abolição e a República, nem saímos, de espada ou cacete, caçando portugueses. Afinal eram nossos pais, nossos avós, nossos amigos de além mar. Briga feia só houve episodicamente, criada pela avareza de alguns atacadistas e, desde o episódio do Bequimão pelo peso do monopólio e a alta desafortada de preços.

Outra idéia que falseia o problema da transmissão de culturas é imaginar que as universidades do século XVI e XVII, abrangiam centros de altos estudos, de pesquisa científica ou indagação filosófica. Na realidade nessas universidades o ensino era escolástico, clerical, baseado no decoreba e na sebenta. Como em toda parte, as artes técnicas – a engenharia de hoje – eram ensinadas em Escolas Militares. Estávamos nos séculos XVI e XVII a modernidade ainda balbuciava, mal fermentava, em certas cabeças.

As Universidades de que tanto se fala eram zelosamente vigiadas pelas autoridades eclesiásticas e civis, atentas ao menor sinal de heresia, de contaminação com seitas esdrúxulas – leia-se protestantes, – ou idéias subversivas, – leia-se tudo que vinha da França, cheirando a Montesquieu, Rousseau, Voltaire. Eram corpos fechados, corporações.

De maior importância foi a mudança que o Governo português, em dado momento, introduziu no povoamento do Brasil, inovando o próprio conceito de colonização. Em 1710, no Reinado de D. João V, – e segundo consta a instâncias do brasileiro Alexandre de Gusmão, – começou a metrópole a trazer levas de açorianos para o Brasil, fixando-os no Norte – no Pará e no Maranhão – e no Sul em Santa Catarina e no Rio Grande.

As câmaras dos Açores pressionavam a Coroa para levar adiante essa emigração, premidas pela pobreza dessas populações e seu crescimento incontido.

Esses imigrantes não foram largados pelos matos, ao Deus dará, mas distribuídos em povoações “dentro de um plano urbano tendo em seu centro uma praça com igreja, em geral, voltada para o mar”. E, fato novo, não eram indivíduos isolados, aventureiros, atraídos pela ambição de lucro fácil, mas “casais”, isto é famílias, que vinham fazer vida nova e estabelecer-se na terra brasílica. A partir de 1752 o governador de Santa Catarina – Manuel Ferreira de Souza, encaminhava outros casais para o Rio Grande, dando início ao povoamento organizado daqueles extremos, até então domínio exclusivo e incontestado de gaúchos e gado bravo.

Essa iniciativa foi continuada por D. João VI, ao trazer suíços para Nova Friburgo o que representa traço inédito na história da colonização. Decisiva em tudo isso a pequena propriedade familiar. Importante era o cultivo por família, o plantio de trigo e gêneros alimentares, e o escravo era acessório.

Esse tipo de propriedade, é claro nada tem a ver com o minifúndio, produto final da decomposição das grandes fazendas pelo esgotamento do solo ou pelas heranças sucessivas. Esse sistema introduzido, ainda que tardiamente, pelo governo português, muda o rumo da colonização. Passa a revestir um conceito próprio no Brasil como povoamento do solo por famílias na base da pequena propriedade familiar e com o ânimo de cultivá-lo.

Essa colonização não só foi largamente praticada no Brasil durante todo o século XIX, de forma dirigida ou espontânea pelo Estado ou por iniciativa privada, como criou uma técnica e uma teorização, objeto de farta literatura. Sua história ainda fragmentada e incompleta é capítulo marcante nos fastos do Ocidente.

Foi o que abriu caminho para a formação de uma classe média rural que o populismo recente ameaça destruir. Deu-nos, nem mais nem menos, que o Sul ao Brasil.

Em suma, com erros e desacertos, inerentes a toda obra humana, a colonização portuguesa marcou nossa fisionomia de povo onde somam os traços originais das três raças fundadoras, desenvolveu nossa história, perfil de uma cultura portuguesa, mediterrânea e barroca que bem ou mal guardamos até hoje. Deu-nos a língua – “essa última flor do Lácio inculca e bela.” E trouxe-nos o sentimento, único no mundo, da saudade, palavra sem equivalente perfeito em outra cultura, apego carnal e sólida cósmica, exílio e promessa que carregamos em nós, hoje brasileiros, sempre portugueses.

Fontes:

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*, São Paulo, 1992.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, 1969.

_____. *Aventura e Rotina*, Rio de Janeiro, (1980), 2001.

LIMA, Nísia Trindade e SÁ, Dominichi Miranda de (orgs.). *Antropologia Brasileira*, Rio de Janeiro, 2008.

LIMA, Oliveira. *América Latina e América Inglesa*, Rio de Janeiro, s.d.

RAPARAZ, Gonzalo de. *História de La Colonizacion*, Barcelona, s.d.